

Senado poderá votar Código de Trânsito amanhã

O Senado deverá votar amanhã, em turno suplementar, o substitutivo ao projeto de lei da Câmara dos Deputados que institui o Código de Trânsito Brasileiro. Das 212 emendas de plenário, apresentadas após a aprovação da matéria em primeiro turno, 71 foram acolhidas pela comissão especial que analisou o projeto. Se aprovado o substitutivo, a proposição retornará à apreciação da Câmara.

Ainda nesta terça-feira, em sessão extraordinária marcada para as 18h30, o Senado deverá votar 12 projetos de decretos legislativos sobre renovação de concessão e de permissão a emissoras de rádios e tevês.

Na pauta de quarta-feira, além do projeto de lei que submete ao Congresso Nacional a privatização da Cia. Vale do Rio Doce, está prevista a votação, em primeiro turno, de três propostas de emendas constitucionais: criação de municípios, inelegibilidade e reforma da educação. No mesmo dia, haverá discussão de projeto de lei da Câmara sobre a dívida oriunda do crédito rural; projeto de lei que institui eleições diretas para os suplentes de candidatos ao Senado; emenda da Câmara ao projeto de lei do Senado que dispõe sobre arbitragem; e projeto de resolução que autoriza o governo a contratar operação de crédito junto ao Bird.

Biodiversidade será tema de debate hoje em Manaus

Comissão de Assuntos Sociais do Senado descentraliza a discussão do assunto para ouvir especialistas e organizações não-governamentais



Marina Silva



Osmar Dias

A Comissão de Assuntos Sociais do Senado promove hoje, em Manaus, audiência pública em torno do projeto de lei que dispõe sobre a biodiversidade. O projeto, de autoria da senadora Marina Silva (PT-AC) e que tem como relator o senador Osmar Dias (PR), trata dos instrumentos de controle do acesso a recursos genéticos no País e objetiva, entre outras metas, evitar a evasão de riquezas vegetais que são contrabandeadas do Brasil.

Participarão da audiência pública especialistas na área de ciência ambiental da Universidade do Amazonas, do Instituto Emílio Goeldi (PA), da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) e de ONGs. Na primeira fase de debates, realizada em São Paulo, Osmar Dias anunciou para o começo de setembro a realização de um *workshop* nacional sobre a regulamentação do acesso a recursos genéticos.

Para José Bianco, pacote ecológico é impraticável

O senador José Bianco (PFL-RO) disse ser impraticável a medida provisória que limita em 20% o desmatamento de qualquer propriedade agrícola na região amazônica, o chamado pacote ecológico. Para ele, o governo, preocupado com as críticas e pressões internacionais, baixou a medida sem avaliar as consequências sociais e econômicas dele resultantes.

José Bianco entende que a MP incentiva a indesejável formação de latifúndios, já que será necessária uma grande área para que as atividades agropecuárias se tornem economicamente viáveis. Ao mesmo tempo, impede a realização da reforma agrária na região, uma vez que os assentamentos de 30 hectares só oferecerão, de fato, 6 hectares aproveitáveis.

A medida implica a paralisação das atividades agropecuárias em toda a Amazônia, ou seja, em mais de cinco milhões de hectares - garantiu José Bianco, lembrando que a região já tem inúmeras reservas indígenas, florestais e biológicas. Ele acredita que a proibição de desflorestamento em 50% de cada propriedade, como determina o Código Florestal, é suficiente para

a preservação do meio ambiente. Necessárias, a seu ver, são uma fiscalização mais eficiente e uma política correta de reflorestamento.

José Bianco disse que o governo federal, "inexplicavelmente", desconsiderou os governadores e parlamentares da Amazônia ao editar, sem consultá-los, a medida provisória.



José Bianco

NESTA EDIÇÃO

Suplicy e Alcântara discutem escalada da violência

Página 3

Lobão cobra mudanças na reforma agrária

Página 2

Lobão aponta falência do modelo de reforma agrária

Com base em dados de uma pesquisa encomendada pela Confederação Nacional da Agricultura, senador sugere revisão do programa para torná-lo mais eficiente

Palmeira presta homenagem a Jofre Soares

"Perdemos Jofre Soares no apogeu de sua carreira, um ator em plena atividade, um homem que, como nenhum outro, interpretou o sofrimento, a firmeza e a dignidade do povo nordestino, transpondo para as telas a sua realidade." As palavras são do senador Guilherme Palmeira (PFL-AL), que prestou homenagem ao ator alagoano falecido dia 20, em São Paulo, aos 77 anos.



Palmeira

Ao traçar a trajetória artística de Jofre Soares, Guilherme Palmeira lembrou que o ator, marítimo reformado, iniciou sua nova carreira aos 43 anos, como palhaço em um circo para crianças índias. Foi nessa época, segundo o senador, que Jofre Soares conheceu o cineasta Nelson Pereira dos Santos, que o incorporou ao elenco do filme *Vidas Secas*.

A reforma agrária fracassou, pelo menos no modelo atualmente seguido pelo governo, constatou o senador Edison Lobão (PFL-MA) com base nos resultados de pesquisa recente, feita a pedido da Confederação Nacional da Agricultura, abrangendo o desempenho de 10% dos 1.100 assentamentos já implantados no País. Ele defendeu uma urgente revisão na estrutura do programa de reforma agrária, a fim de torná-lo "mais eficiente e efetivo".

te e efetivo".

Na avaliação do senador maranhense, "não é possível conformar-se com dados como o gasto médio de R\$ 50 mil para o assentamento de cada família no campo, família essa que tem uma renda média mensal de apenas R\$ 132 e produz alimentos quase que exclusivamente para sua subsistência, pouco contribuindo



Edison Lobão

para o aumento da produção nacional de comida e a ampliação do mercado".

A despesa com o assentamento de uma família, segundo Edison Lobão, poderia ser transformada em garantia de uma renda mensal durante mais de 30 anos, "se nos conformarmos com um ganho pouco acima de R\$ 130, o que é um absurdo".

Carlos Bezerra quer definição das regras para o crédito agrícola

O senador Carlos Bezerra (PMDB-MT) advertiu o governo sobre a importância de se liberarem os recursos do crédito rural na época adequada ao plantio. Ele protestou contra a falta de definição das regras para o financiamento da safra agrícola de 96/97, lembrando que essa situação



Carlos Bezerra

confunde e desespera o agricultor, com prejuízos incalculáveis à economia do País.

- É preciso sincronizar a política de crédito agrícola às características estruturais do setor, sob pena de contribuímos para aumentar ainda mais o enorme desperdício existente na agricultura -

afirmou Carlos Bezerra.

Segundo o senador, o Brasil pagará caro pelo descuido: "A falta de um plano estratégico de desenvolvimento agrícola leva-nos a viver de crise em crise, sempre adotando soluções paliativas e extemporâneas, tentando remediar situações emergenciais e desastres", garantiu o senador, pedindo providências urgentes.

Agenda do Dia

PLENÁRIO

14h30 - Sessão não deliberativa do Senado

PREVISÃO DOS TRABALHOS PARA OS PRÓXIMOS DIAS

PLENÁRIO

Terça-feira (27.08.96)

14h30 - Sessão deliberativa do Senado

Pauta: Votação, em turno suplementar, do "Substitutivo do Senado ao PLC nº 73/94, que institui o Código de Trânsito Brasileiro.

18h30 - Sessão deliberativa extraordinária do Senado

Pauta: Apreciação de 12 PDLs renovando a concessão de diversas emissoras de rádio.

Quarta-feira (28.08.96)

14h30 - Sessão deliberativa do Senado

Pauta: *PLS nº 161/95, que altera a Lei nº 8.031/90 (Vale do Rio Doce); votação em primeiro turno das *PECs nºs 22/96, que trata da criação de municípios; 23/96, que trata da inelegibilidade; e 30/96, que diz respeito à reforma da educação; *PLC nº 124/92, que acrescenta parágrafo ao art. 6º da Lei nº 5.969/73, tornando inexigível, antes da decisão terminativa do recurso interposto à Comissão Especial de Recursos do Proagro, a dívida

oriunda do crédito rural; *Emendas da Câmara ao PLS nº 78/92, que dispõe sobre a arbitragem; e *PLS nº 29/95, que institui eleições diretas para os suplentes de candidatos ao Senado Federal.

Quinta-feira (29.08.96)

14h30 - Sessão deliberativa do Senado

Pauta: Apreciação de diversas matérias, destacando-se: *Substitutivo do Senado ao PLC nº 52/94, que dispõe sobre o arquivamento e a eliminação de processos judiciais findos; *Redação final das emendas do Senado ao PLC nº 117/94, que altera dispositivos do Decreto-Lei nº 227/67 - Código de Mineração; *PLC nº 74/95, que inclui no Plano Nacional de Viação o trecho que menciona no estado de Minas Gerais; e primeiro dia de discussão em primeiro turno das *PECs nºs 18/95, que trata das campanhas eleitorais, e 57/95, que altera dispositivos constitucionais relativos aos limites máximos de idade para a nomeação de magistrados e ministros de tribunais e para a aposentadoria compulsória do servidor público em geral.

COMISSÕES

Terça-feira (27.08.96)

10h - Comissão da Reforma Político-Partidária

Pauta: Exposição do deputado federal João Almeida. Sala 09 - Ala Senador Alexandre Costa.

Para Alcântara, assassinato de jovens está associado à miséria

Senador destaca que soluções passam pela conscientização da sociedade de que os problemas dizem respeito a todos



Eduardo Suplicy

Suplicy apóia medidas contra a violência

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) considerou "muito relevante" o movimento "Reage SP", que pede soluções para o problema da violência na cidade de São Paulo. "É preciso que haja esta reação por parte de toda a sociedade, pedindo o desarmamento. Nós não podemos estar tolerando a facilidade com que armas são vendidas sem qualquer tipo de licença para pessoas que não têm o credenciamento, o devido porte de arma e a responsabilidade no seu uso", disse.

Suplicy entende que a solução para o problema da violência, que recentemente resultou na morte de jovens da classe média em São Paulo, está no combate à desigualdade sócio-econômica. "Precisamos arcar com instrumentos de política econômica que visem a uma melhor distribuição de renda e à erradicação da miséria com a instituição de um programa de garantia de renda mínima. É preciso que nós venhamos a assegurar o direito de todas as pessoas usufruírem a riqueza", defendeu Suplicy. Ele também afirmou que uma reformulação no sistema penitenciário viria contribuir para o combate à violência.

O senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) disse que o aumento do número de casos de crianças e adolescentes assassinados no País está associado à miséria, ao desenvolvimento econômico concentrador e excludente "tão marcante no Brasil", à migração desordenada para as grandes cidades, ao aumento generalizado da violência e ao tráfico de drogas. Para o senador, é imperativo que se redobrem os esforços e os estudos sobre a realidade brasileira, de modo a aprofundar a consciência nacional sobre essas questões.

- O agravamento das estatísticas se dá justamente num período em que o Brasil passou a desenvolver maiores esforços para oferecer assistência a seus menores carentes - disse Lúcio Alcântara, ao observar que essa contradição mostra quanto são "poderosas as marés da miséria e da violência quando comparadas às ações dos governos e das entidades não-governamentais". As principais vítimas, segundo o senador, são, "como sempre, os pobres".

Lúcio Alcântara destacou levantamento realizado pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef), segundo o qual, na faixa de 15 a 17 anos, na década de 80, oito em cada 100 adolescentes mortos eram vítimas de homicídio. Nos anos 90, essa proporção aumentou para 25 em cada 100. Por outro lado, conforme o senador, o levantamento mostra que, no Rio de Janeiro, embora os índices de criminalidade tenham



Lúcio Alcântara

decrecido, os índices de morte de crianças e adolescentes, por homicídio, continuam crescendo nos bairros que convivem com a miséria e o tráfico de drogas.

- De fato, fizemos progressos no âmbito dos debates, da legislação, da conscientização, das ações e dos programas específicos, mas as soluções passam obrigatoriamente pela conscientização de toda a sociedade de que os problemas da miséria e da violência dizem respeito a todos e que todos nós devemos nos empenhar em resolvê-los" - concluiu.

Prodasen vai democratizar acesso a bancos de dados

Qualquer cidadão que tenha um microcomputador, um modem e uma linha telefônica poderá ter acesso aos bancos de dados do Prodasen (Centro de Informática e Processamento de Dados do Senado Federal), sem burocracia e por um custo muito baixo. O acesso será feito por um serviço nos moldes do prefixo 900, e deverá ser viabilizado, em breve, em parceria com a Telebrás. Entre as bases que serão oferecidas aos usuários, estão as seguintes: Normas Jurídicas, Matérias em Tramitação, Informações sobre o Orçamento, Biografias dos Senadores e Deputados, Acervo das Bibliotecas do Distrito Federal e Perfil dos Parlamentares.

O diretor-executivo do Prodasen, Marco Antonio Reys, informa também que o Senado tem procurado ouvir a sociedade para cumprir melhor a sua função, e informá-la sobre o que está fazendo. Dentro desse propósito, o Prodasen deve implantar, nos próximos dois meses, um projeto que irá permitir a manifestação dos cidadãos, via Internet, sobre assuntos em exame no Senado. Esse projeto será gerido pela Secretaria de Comunicação Social.

Serviço informativo 24 horas do Senado Federal

Desenvolvido especialmente para dar suporte às emissoras de rádio e assessorias de comunicação, o Serviço 24 Horas do Senado funciona integrado ao sistema de discagem direta gratuita da Telebrás.

Ao ligar para 0800 (61) 4455, você encontra a seguinte programação:

- das 9h às 11h, a Agenda Senado - um resumo diário de todas as atividades legislativas programadas;
- das 11h às 14h30, a edição Amazônia do informativo Senado em Linha Direta;
- das 14h30 às 18h, a edição Nordeste do informativo Senado em Linha Direta, e
- das 18h às 9h do dia seguinte, a edição Nacional do informativo Senado em Linha Direta.

Cabral critica governo por isolar políticos das decisões

Senador elogia plano de obras para a Amazônia, mas lamenta o "desprezo àqueles que conhecem os problemas da região"

Defensor de maior participação da bancada amazônica nas decisões governamentais sobre a região Norte, o senador Bernardo Cabral (PFL-AM) elogiou o anúncio do presidente Fernando Henrique Cardoso sobre investimentos de R\$ 2,2

bilhões na Amazônia, mas reclamou da falta de senadores do seu estado na comitiva presidencial, em Manaus.

- Mais uma vez, a Presidência da República preferiu a companhia dos tecnoburocratas, esquecendo-se de que eles não dispõem de votos no Parlamento para atender às reformas que o governo pretende realizar - disse.

Insatisfeito com o tratamento dado pela União aos estados da região, Cabral mencionou "a forma indelicada de não ter a Presidência da República convidado nenhum dos senadores representantes do Amazonas para integrar a comitiva levada a Manaus". Em sua opinião, isso demonstra mais uma vez o desprezo do governo para com "aqueles que conhecem os problemas da região, que os debatem em plenário e que apontam os caminhos e indicam as soluções".

O senador considerou mais do que necessário o investimento anunciado pelo governo, e listou as cinco obras da região que ele considera prioritárias para receber esses recursos. São elas: o asfaltamento da BR-174, que liga Manaus a Boa Vista; o aproveitamento do gás da bacia de Urucu, no interior do

Amazonas; a hidrovia do rio Madeira, que custará R\$ 24 milhões e permitirá o escoamento de grãos do Acre, Amazonas, Rondônia e Mato Grosso; a recuperação da BR-364, que une o Acre ao Mato Grosso do Sul; e a construção de linhas de transmissão de energia de Tucuruí para o oeste do Pará.

O anúncio do presidente da República de que essa destinação de recursos para a região Norte não se restringe a metas, mas a "ordens de serviço" deixou o senador Bernardo Cabral bem impressionado, mas ele receia que os investimentos não sejam feitos, "uma vez que o BNDES sempre foi considerado o banco dos muito ricos, que despreza os estados com reduzida força eleitoral".

Como exemplo da falta de investimentos do governo federal para obras na região Norte, o senador disse que, há cerca de um ano, a rodovia BR-174 teve sua construção iniciada sem recursos federais e a obra desenvolveu-se até agora exclusivamente com verbas estaduais. O senador voltou a condenar as iniciativas governamentais produzidas por "tecnoburocratas em gabinetes refrigerados de Brasília".



Ronaldo Cunha Lima

Ronaldo pede manutenção de pesquisa na PB

O senador Ronaldo Cunha Lima (PMDB-PB) pediu ao ministro da Agricultura que seja revista a decisão da Embra-pa de desativar os centros de pesquisa com gado leiteiro em Umbuzeiro e Alagoinha, na Paraíba. O senador entende que tal decisão acarretará enorme prejuízo ao estado.

- As pesquisas realizadas em Umbuzeiro - já há 72 anos - e em Alagoinha - há 10 anos - servem de subsídio aos criadores paraibanos, contribuindo para o melhoramento genético dos rebanhos severamente castigados pelas adversidades climáticas - disse o senador, solidarizando-se com o Sindicato Nacional dos Trabalhadores de Instituições de Pesquisa e Desenvolvimento Agropecuário (Sinpaf) pela preocupação com os efeitos negativos da desativação pretendida.

Ronaldo afirmou que o desequilíbrio regional brasileiro "reflete-se diretamente na distribuição dos recursos minúsculos existentes". Para o senador, as regiões mais necessitadas, como o Nordeste e o Norte, apesar de demandarem um maior esforço governamental, "são justamente as que menos recebem incentivos à pesquisa".



Bernardo Cabral

Atenção, usuários de antena parabólica, repetidoras e operadoras de TV a cabo

Informações para recepção do sinal da TV Senado

Satélite - B1
Transponder - 1 BE (Banda Estendida), Polarização: Vertical
Frequência TX (Banda - C) - 5869,40 Mhz
Frequência RX (Banda - C) - 3644,40 Mhz
Frequência RX (Banda -L) - 1505,60 Mhz
Antena - 3,6 m
LNB - Temperatura 25 K (Amplificador de Baixo Ruído)
Receptor de Vídeo/Áudio Digital
NTSC Spectrum Saver - Modelo: N6S
Integrated Receiver/Decoder (IRD)
Fabricante: CLI (Compressed Digital Video)
Fornecedor: COMSAT - Fone (019) 772 9600
Obs.: Fixar o Data Rates em 6,6 Mb/s.

MESA DIRETORA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney ■ 1º Vice-Presidente: Teotônio Vilela Filho
2º Vice-Presidente: Júlio Campos ■ 1º Secretário: Odacir Soares
2º Secretário: Renan Calheiros ■ 3º Secretário: Levy Dias
4º Secretário: Ernandes Amorim ■ Suplentes de Secretário: Antonio Carlos Valadares ■ Eduardo Suplicy ■ Emília Fernandes ■ Ney Suassuna

■ Diretor-Geral do Senado: Agacieli da Silva Maia ■ Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

Jornal do Senado

Órgão de divulgação da Secretaria de Comunicação do Senado Federal
Diretor da Secretaria de Comunicação Social - Fernando César Mesquita
Diretor da Subsecretaria de Divulgação - Helival Rios ■ Coordenador de Jornalismo - Flávio de Mattos ■ Chefe do Serviço de Imprensa - José do Carmo Andrade
■ Editores - Djulba Lima, Edson de Almeida e José Humberto Mancuso
Diagramação - Sérgio Silva e Wesley Carvalho ■ Fotos - Célio Azevedo, Márcia Kalume e Adão Nascimento ■ Revisão: Fernanda Varela e Lindolfo Amaral
■ Veja no Diário do Senado a íntegra dos projetos e pronunciamentos citados.

Impresso no Centro Gráfico do Senado Federal